PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 007176/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0005/2026

RECORRENTE: Medita Farma Ltda

DATA: 29/07/2026

PARECER

Vieram os autos a esta Procuradoria Geral do Município para emissão de parecer jurídico acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa MEDITA FARMA LTDA., protocolizado sob o nº 003881/2026, nos autos do Processo Licitatório nº 007176/2025, referente ao Pregão Presencial nº 0005/2026, destinado ao registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao abastecimento da rede municipal de saúde.

A recorrente sustenta, em síntese:

1) *alegada exigência de habilitação para participação na fase de lances;*
2) *suposta divulgação antecipada da situação de habilitação dos licitantes;*
3) *alegada irregularidade na abertura do envelope de habilitação da licitante provisoriamente vencedora após o encerramento da disputa do primeiro item;*
4) *suposta supressão do direito de recorrer.*

Pretende, ao final, a anulação dos atos praticados durante a sessão pública e o retorno do procedimento ao momento que entende adequado.

Cumpre registrar, inicialmente, fato de extrema relevância para a adequada compreensão da controvérsia.

A empresa recorrente não se limitou à interposição do presente recurso administrativo.

MUNICIPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Paralelamente, apresentou Representação perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, autuada sob o Processo TCE-RJ nº 231.986-5/2026, reproduzindo praticamente a integralidade dos fatos, fundamentos jurídicos e pedidos constantes deste recurso administrativo.

Em razão da instauração daquele procedimento de controle externo, tanto o Município de Carmo quanto a Secretaria Municipal de Saúde foram regularmente intimados e apresentaram tempestivamente suas manifestações, acompanhadas da documentação pertinente, defendendo a integral legalidade do procedimento licitatório.

Até a presente data, entretanto, não houve decisão do Tribunal de Contas acerca do pedido de tutela provisória formulado pelo recorrente, nem pronunciamento definitivo acerca do mérito da representação, encontrando-se o feito aguardando apreciação pela Corte de Contas.

É o relatório.

Passa-se à fundamentação.

I – DA IDENTIDADE ENTRE O PRESENTE RECURSO ADMINISTRATIVO E A REPRESENTÇAÃO FORMULADA PERANTE O TCE/RJ

Antes da análise individual das razões recursais, esta Procuradoria entende necessária uma consideração preliminar acerca do contexto em que se insere a presente insurgência administrativa.

Verifica-se dos autos que a empresa recorrente, inconformada com os atos praticados durante a condução do Pregão Presencial nº 0005/2026, não apenas interpôs o presente recurso administrativo, como também formulou Representação perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, autuada sob o **Processo TCE-RJ nº 231.986-5/2026**, reproduzindo substancialmente os mesmos fatos, fundamentos jurídicos e pedidos deduzidos perante a Administração Municipal.

Em razão da instauração da referida Representação, o Município de Carmo foi regularmente intimado pelo Tribunal de Contas, oportunidade em que apresentou ampla manifestação jurídica e técnica, acompanhada de toda a documentação pertinente ao certame, demonstrando a absoluta regularidade da condução do procedimento licitatório.

Também a Secretaria Municipal de Saúde prestou os esclarecimentos técnicos solicitados pela Corte de Contas.

MUNICIPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. nº 017/2025

Até o presente momento, contudo, inexiste qualquer decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro acerca do mérito da Representação, tampouco foi deferida a tutela provisória postulada pelo recorrente, permanecendo o feito pendente de apreciação pelo Exmo. Conselheiro Relator.

Tal circunstância possui relevância jurídica por duas razões.

Primeiramente, evidencia que a própria recorrente reconheceu a existência de regular via administrativa para discussão da matéria, tanto que manejou simultaneamente recurso administrativo e representação perante o órgão de controle externo.

Em segundo lugar, demonstra que não existe, até o presente momento, qualquer pronunciamento da Corte de Contas que coloque em dúvida a presunção de legitimidade dos atos administrativos praticados no curso do certame ou determine a suspensão do procedimento licitatório.

Consequentemente, permanece íntegra a presunção de legalidade, legitimidade e veracidade dos atos administrativos, atributos inerentes aos atos praticados pela Administração Pública e que somente podem ser afastados mediante decisão da autoridade competente ou prova robusta em sentido contrário.

Desse modo, a existência da Representação perante o Tribunal de Contas não impede, nem recomenda, a paralisação do presente processo administrativo, incumbindo à Administração exercer regularmente seu poder-dever de autotutela, apreciando o recurso administrativo na forma prevista pelo artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ao contrário, eventual suspensão do julgamento administrativo apenas em razão da existência de procedimento em curso perante o Tribunal de Contas implicaria indevida renúncia ao exercício da competência legal atribuída à Administração para apreciar seus próprios atos, sem qualquer imposição legal nesse sentido.

Assim, o presente parecer apreciará integralmente as razões recursais apresentadas, sem prejuízo do integral cumprimento de eventual deliberação futura que venha a ser proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

II - DO MÉRITO

II.1 – DA PRIMEIRA ALEGAÇÃO

– DA INEXISTÊNCIA DE HABILITAÇÃO PRÉVIA E DA REGULARIDADE DOS ATOS PREPARATÓRIOS PRATICADOS PELO PREGOEIRO

A primeira alegação deduzida pela recorrente consiste na afirmação de que teria sido exigida a documentação de habilitação como condição para participação da fase competitiva do certame, circunstância que, segundo sustenta, caracterizaria indevida inversão das fases procedimentais previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Entretanto, tal alegação não encontra qualquer respaldo na realidade dos fatos nem na documentação constante do procedimento administrativo.

O recorrente parte de premissa absolutamente equivocada ao confundir atos meramente materiais de organização da sessão pública com a efetiva fase jurídica de habilitação.

São institutos distintos.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece, como regra geral para a modalidade pregão, a inversão das fases procedimentais, prevendo que a análise da habilitação ocorrerá apenas em relação ao licitante provisoriamente vencedor, após encerrada a etapa competitiva.

Todavia, **em nenhum momento a legislação impede que o Agente de Contratação pratique atos preparatórios destinados exclusivamente à organização, conferência, identificação, guarda e preservação dos envelopes apresentados pelos licitantes**.

Foi exatamente isso que ocorreu!

Antes do início da disputa de preços, o Pregoeiro limitou-se a verificar a existência física dos envelopes exigidos pelo edital, conferindo apenas se cada participante havia apresentado o envelope contendo a proposta de preços; e o envelope contendo os documentos de habilitação, devidamente lacrado.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Ora, não houve abertura dos envelopes!

Não houve análise documental!

Não houve julgamento da documentação!

Não houve emissão de qualquer juízo acerca da habilitação dos licitantes.

Não houve eliminação de participantes em razão do conteúdo dos documentos.

Em outras palavras, **inexistiu qualquer ato que pudesse ser juridicamente qualificado como "habilitação"**.

A simples conferência física da existência e integridade dos envelopes constitui providência administrativa inerente à própria condução da sessão pública, destinada a assegurar a regularidade procedimental, a identificação dos documentos apresentados e a preservação da cadeia de custódia documental, especialmente em certames de grande porte, como o presente, envolvendo elevado número de participantes e centenas de itens licitados.

Trata-se de medida que decorre diretamente do dever legal atribuído ao Agente de Contratação de conduzir o procedimento licitatório com observância dos princípios da eficiência, da segurança jurídica, da publicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, todos expressamente previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Cumpre ressaltar que **o recorrente não aponta qualquer dispositivo legal que vede a conferência material dos envelopes antes da abertura da fase competitiva**.

E não o faz por uma razão simples: essa vedação não existe no ordenamento jurídico!

A legislação proíbe a análise antecipada do conteúdo dos documentos de habilitação, justamente para preservar a isonomia e a competitividade do certame.

Todavia, jamais proibiu a Administração de verificar se os envelopes exigidos pelo edital foram efetivamente apresentados e permanecem devidamente lacrados.

Aliás, admitir entendimento diverso significaria impor ao Agente de Contratação a condução de toda a sessão pública sem sequer verificar se os licitantes entregaram os envelopes obrigatórios, situação incompatível com os deveres de diligência, organização e segurança procedimental impostos pela própria Lei nº 14.133/2021.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Importante destacar, ainda, que **o recorrente não demonstra qualquer prejuízo concreto decorrente da conferência material realizada**.

Nenhum licitante foi impedido de participar da disputa!

Nenhum participante deixou de ofertar lances.

Nenhum concorrente recebeu tratamento privilegiado.

Nenhuma informação constante dos envelopes foi revelada aos demais licitantes.

Nenhum documento foi analisado antes do momento legalmente previsto.

Não houve qualquer influência sobre a formação dos preços, sobre a dinâmica da competição ou sobre o resultado do certame.

Em consequência, ainda que se admitisse, apenas por argumentar, a existência de alguma impropriedade formal, hipótese expressamente afastada pelo Município, seria indispensável a demonstração de efetivo prejuízo à competitividade ou à isonomia para justificar qualquer medida invalidatória.

Esse entendimento decorre da aplicação do princípio da instrumentalidade das formas, amplamente acolhido pela jurisprudência do STJ, segundo o qual não há nulidade sem demonstração concreta de prejuízo (*pas de nullité sans grief*).

No presente caso, contudo, inexiste qualquer demonstração de dano efetivo, restringindo-se a **insurgência do recorrente à mera discordância quanto à metodologia de condução da sessão pública**, sem que tal circunstância tenha produzido qualquer repercussão prática sobre a competição ou sobre a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, resta evidenciado **que não houve antecipação da fase de habilitação**, tampouco violação ao procedimento estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, mas apenas a adoção de providências administrativas de natureza organizacional, plenamente compatíveis com o poder-dever do Agente de Contratação de conduzir o certame com eficiência, segurança jurídica, transparência e observância do interesse público, razão pela qual deve ser integralmente rejeitada a primeira alegação formulada pelo recorrente.

Tal atuação encontra amparo direto no **artigo 5º da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece como vetores obrigatórios da atuação administrativa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade e formalismo moderado.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

O princípio do **formalismo moderado**, expressamente incorporado pela nova Lei de Licitações, impõe que as formas procedimentais sejam interpretadas como instrumentos destinados à obtenção da proposta mais vantajosa, e não como fins em si mesmas, vedando interpretações excessivamente rigorosas que conduzam à invalidação de atos destituídos de repercussão concreta sobre a lisura da competição.

Também o **artigo 17 da Lei nº 14.133/2021** disciplina as fases do procedimento licitatório, estabelecendo a sequência lógica entre apresentação de propostas, julgamento e habilitação, ***sem, contudo, proibir a adoção de providências administrativas voltadas exclusivamente à organização da sessão pública***.

A vedação legal incide sobre a análise antecipada do conteúdo dos documentos de habilitação, e não sobre a mera conferência física de sua existência e regular lacração.

De igual modo, o **artigo 64 da Lei nº 14.133/2021** prestigia a busca da verdade material e da seleção da proposta mais vantajosa ao admitir diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação de informações, demonstrando que a própria legislação prestigia soluções voltadas ao aproveitamento dos atos administrativos válidos, afastando interpretações excessivamente formalistas.

Cumpre ressaltar que o recorrente não aponta qualquer dispositivo legal que vede a conferência material dos envelopes antes da abertura da fase competitiva.

Desse modo, inexistindo afronta aos arts. 5º, 11, 17 e 64 da Lei nº 14.133/2021, bem como ausente qualquer demonstração de prejuízo concreto à competitividade, à isonomia ou ao resultado da licitação, impõe-se a rejeição integral da primeira alegação formulada pelo recorrente.

II.2 – DA SEGUNDA ALEGAÇÃO

– DA INEXISTÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DA SITUAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A segunda alegação formulada pelo recorrente sustenta que a Administração teria divulgado, durante a sessão pública, uma suposta relação de empresas "habilitadas" e "inabilitadas", circunstância que evidenciaria antecipação da fase de habilitação e afronta ao procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

Todavia, a afirmação não corresponde à realidade dos fatos e revela manifesta confusão entre atos meramente administrativos de controle da sessão e os atos jurídicos próprios da fase de habilitação.

Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2028

O recorrente atribui natureza jurídica de julgamento de habilitação a um documento que jamais teve essa finalidade.

Na realidade, o único registro elaborado pelo Pregoeiro consistiu em simples **controle administrativo destinado a identificar os licitantes que efetivamente apresentaram os envelopes exigidos pelo edital, providência indispensável à regular condução da sessão pública e ao adequado gerenciamento dos documentos recebidos**.

Em outras palavras, **o documento mencionado pelo recorrente não continha qualquer pronunciamento acerca da capacidade jurídica, técnica, fiscal, econômico-financeira ou trabalhista dos licitantes**.

Não houve qualquer análise do conteúdo dos documentos.

Não houve exame dos requisitos de habilitação.

Não houve manifestação acerca da regularidade documental.

Não houve decisão administrativa reconhecendo habilitação ou inabilitação de qualquer participante.

Muito menos houve exclusão de licitantes em razão da documentação apresentada.

O controle realizado limitou-se exclusivamente à **conferência material da entrega dos envelopes previstos no edital, indicando quais participantes haviam apresentado os invólucros correspondentes à proposta comercial e aos documentos de habilitação, ambos rigorosamente lacrados**.

Trata-se de **providência** de natureza estritamente **operacional**, destinada à **organização da sessão pública**, **sem qualquer conteúdo decisório**.

Cumpre enfatizar que, durante todo o procedimento competitivo, os envelopes de habilitação permaneceram integralmente lacrados, inviolados e sob guarda da Administração.

Nenhum envelope foi aberto antes do momento legalmente previsto!

Nenhum licitante teve acesso ao conteúdo da documentação apresentada pelos concorrentes!

Nenhuma informação relativa às condições de habilitação foi revelada aos demais participantes!

Não houve divulgação de certidões!

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Não houve divulgação de balanços patrimoniais!

Não houve divulgação de atestados de capacidade técnica!

Não houve divulgação de documentos societários!

Não houve divulgação de qualquer documento integrante da habilitação!

Em consequência, inexiste qualquer fundamento fático para afirmar que houve publicidade antecipada da situação de habilitação das empresas.

A própria sistemática da Lei nº 14.133/2021 impede semelhante conclusão.

Nos termos do **artigo 17** da Nova Lei de Licitações, **a habilitação constitui fase posterior ao julgamento das propostas**, razão pela qual somente após a definição do licitante provisoriamente vencedor é que se procede à abertura e análise da respectiva documentação.

Enquanto essa etapa não ocorre, inexiste, sob o ponto de vista jurídico, qualquer situação de habilitação passível de divulgação.

A Administração não pode divulgar resultado de ato que ainda não foi praticado.

A interpretação defendida pelo recorrente acaba por criar obrigação inexistente na legislação e incompatível com a própria sequência procedimental estabelecida pela Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a atuação do Pregoeiro encontra amparo nos princípios previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados à eficiência, à segurança jurídica, à publicidade, à razoabilidade e ao formalismo moderado.

O controle administrativo da entrega dos envelopes constitui mecanismo indispensável para assegurar a regularidade da sessão, evitar extravios, preservar a cadeia de custódia documental e garantir que todos os participantes sejam tratados de forma isonômica.

Não se trata de ato de julgamento, mas de mera providência administrativa destinada à adequada condução dos trabalhos.

Importa ressaltar, ainda, que o recorrente:

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2028

A) não demonstra qualquer consequência prática decorrente do referido registro administrativo.

B) Não indica qualquer empresa que tenha sido considerada habilitada antecipadamente.

C) Não aponta qualquer participante que tenha sido declarado inabilitado.

D) Não identifica qualquer documento cuja publicidade tenha sido indevidamente antecipada.

E) Não demonstra qualquer violação ao sigilo da documentação.

F) Não comprova qualquer influência sobre a formulação das propostas, sobre a etapa de lances ou sobre o resultado final da licitação.

Em síntese, limita-se a formular alegações abstratas, absolutamente desacompanhadas de demonstração objetiva de prejuízo.

Tal circunstância revela-se decisiva.

O regime jurídico das licitações públicas não prestigia o formalismo excessivo nem admite a invalidação de procedimentos fundada em meras conjecturas.

Ao contrário, o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 consagra expressamente o princípio do formalismo moderado, segundo o qual as formas processuais constituem instrumentos voltados à realização do interesse público e da seleção da proposta mais vantajosa, não podendo ser interpretadas de maneira dissociada de sua finalidade.

Ora, o procedimento licitatório deve privilegiar a máxima competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa, **repelindo interpretações excessivamente formalistas desacompanhadas de efetivo prejuízo**.

Dessa forma, resta inequívoco que a alegação formulada pelo recorrente decorre de interpretação equivocada de mero registro administrativo interno de controle da sessão pública, não havendo qualquer divulgação antecipada da situação de habilitação dos licitantes, tampouco violação aos princípios da publicidade, da competitividade, da isonomia, da segurança jurídica ou ao procedimento legalmente estabelecido.

Por conseguinte, ausente qualquer demonstração de prejuízo concreto e inexistindo afronta aos arts. 5º, 11 e 17 da Lei nº 14.133/2021, impõe-se a rejeição integral da segunda alegação, preservando-se a validade de todos os atos praticados no curso do procedimento licitatório.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

II.3 – DA TERCEIRA ALEGAÇÃO

– DA ALEGADA IRREGULARIDADE NA ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO APÓS O ENCERRAMENMTO DO PRIMEIRO ITEM

A terceira alegação formulada pelo recorrente consiste na afirmação de que a abertura da documentação de habilitação da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar ocorreu logo após o encerramento da disputa do primeiro item do certame, circunstância que, segundo sustenta, configuraria violação ao procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

Todavia, também essa alegação não merece prosperar.

O recorrente parte de uma interpretação excessivamente literal e dissociada da realidade operacional do certame, desconsiderando as peculiaridades da contratação realizada e os princípios que regem o procedimento licitatório.

O presente procedimento destinava-se ao **registro de preços** para aquisição de **centenas de medicamentos**, distribuídos em **elevado número de itens**, circunstância que naturalmente impunha à Administração a adoção de medidas voltadas à **racionalização da sessão pública**, sem qualquer comprometimento da legalidade, da isonomia ou da competitividade.

É precisamente nesse contexto que se insere a decisão do Pregoeiro de proceder, após o encerramento da disputa do primeiro item, à abertura do envelope de habilitação da licitante provisoriamente vencedora.

Não se tratou de inovação procedimental, Muito menos de inversão das fases da licitação.

Ao contrário, **a providência observou rigorosamente a sistemática prevista no artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual a habilitação sucede o julgamento da proposta**.

Encerrada a disputa do primeiro item e identificada a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, mostrou-se perfeitamente legítima a verificação de sua habilitação antes do prosseguimento da disputa dos demais itens.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Tal providência não antecipou qualquer fase procedimental.

Apenas evitou que uma empresa eventualmente inabilitada permanecesse disputando centenas de itens para os quais, ao final, jamais poderia ser declarada vencedora.

A adoção dessa metodologia revela-se inteiramente compatível com os princípios da eficiência, da economicidade, da razoabilidade, da celeridade, da segurança jurídica e do interesse público, todos expressamente consagrados no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Com efeito, **caso se aguardasse o encerramento da disputa de todos os itens para somente então verificar a habilitação da primeira colocada, seria perfeitamente possível que, ao final de longa sessão pública, constatasse a Administração que a empresa não preenchia os requisitos de habilitação**.

Nessa hipótese, haveria a necessidade de convocação sucessiva dos segundos colocados para todos os itens em que a empresa figurasse como vencedora provisória, com reabertura de fases procedimentais, repetição de atos administrativos e significativa ampliação do tempo necessário para conclusão do certame.

Mais grave ainda, **a eventual inabilitação somente ao final da sessão poderia exigir a reanálise de centenas de itens, comprometendo a eficiência administrativa, aumentando os custos operacionais do procedimento** e retardando a futura contratação de medicamentos essenciais ao atendimento da população.

Não se trata de hipótese meramente teórica!

É exatamente para evitar situações dessa natureza que a Administração Pública deve conduzir o procedimento licitatório de forma racional, eficiente e orientada à obtenção do melhor resultado para o interesse público.

A Lei nº 14.133/2021 não impõe ao agente público a adoção de procedimentos burocráticos desnecessários quando existirem soluções igualmente legais e mais eficientes.

Ao contrário. O artigo 5º da Nova Lei de Licitações elevou à condição de princípios estruturantes da atividade administrativa a eficiência, a celeridade, a economicidade, a segurança jurídica, a razoabilidade, a proporcionalidade e o formalismo moderado, impondo interpretação teleológica do procedimento licitatório, sempre orientada pela máxima efetividade da atuação administrativa.

Da mesma forma, o artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mediante procedimento eficiente e apto a proporcionar resultados concretos ao interesse público.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Foi exatamente esse objetivo que norteou a atuação do Pregoeiro.

Importa registrar:

1-) A providência adotada não produziu qualquer efeito restritivo sobre a competição.

2-) Nenhum licitante foi impedido de participar da sessão.

3-) Nenhum concorrente deixou de apresentar propostas.

4-) Nenhum participante teve restringido o direito de formular lances.

5-) Nenhuma empresa recebeu tratamento privilegiado.

6-) Nenhuma informação estratégica foi divulgada aos demais licitantes.

7-) Nenhum critério de julgamento foi alterado.

8-) Nenhuma regra editalícia foi modificada durante a sessão.

Em outras palavras, a dinâmica competitiva permaneceu absolutamente íntegra.

O recorrente, entretanto, limita-se a afirmar genericamente que a habilitação deveria ocorrer em momento diverso, sem demonstrar, concretamente, de que forma a metodologia adotada teria comprometido a isonomia, reduzido a competitividade ou alterado o resultado do certame.

Essa ausência de demonstração de prejuízo é suficiente para afastar a pretensão invalidatória.

O controle da legalidade dos procedimentos licitatórios deve prestigiar o **formalismo moderado e a instrumentalidade das formas, repelindo interpretações excessivamente rigorosas** que conduzam à anulação de atos administrativos sem efetiva repercussão sobre a lisura da competição.

As normas procedimentais da licitação devem ser interpretadas segundo sua finalidade, privilegiando-se a obtenção da proposta mais vantajosa e a preservação da competitividade, não se justificando a invalidação de atos administrativos por meras questões formais desacompanhadas de prejuízo concreto.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Mat. 01/1608

Também merece destaque que o artigo 64 da Lei nº 14.133/2021 evidencia a opção do legislador pela preservação dos atos administrativos válidos e pela busca da verdade material, ao admitir diligências voltadas ao saneamento e ao esclarecimento da documentação apresentada pelos licitantes, reforçando que o procedimento licitatório deve ser conduzido segundo critérios de racionalidade, e não de excessivo rigor formal.

No caso concreto, a metodologia adotada pelo Pregoeiro revelou-se não apenas compatível com a legislação vigente, mas também consentânea com os princípios da boa administração, da eficiência administrativa e da economicidade, permitindo que eventual ausência de condições de habilitação fosse identificada de forma tempestiva, evitando a prática de inúmeros atos processuais potencialmente inúteis e preservando recursos humanos, materiais e financeiros da Administração.

Assim, a abertura da documentação de habilitação da licitante provisoriamente vencedora após o encerramento da disputa do primeiro item não configurou qualquer afronta ao rito previsto na Lei nº 14.133/2021, mas representou **medida legítima de gestão procedimental, plenamente justificada pelas características do certame** e orientada pelos princípios da eficiência, da economicidade, da celeridade, da segurança jurídica, do formalismo moderado e da supremacia do interesse público.

Por conseguinte, inexistindo demonstração de qualquer prejuízo à isonomia, à competitividade ou ao resultado da licitação, deve ser integralmente rejeitada a terceira alegação formulada pelo recorrente.

II.4 – DA QUARTA ALEGAÇÃO

– DO PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO RECURSAL

A quarta alegação formulada pelo recorrente consiste na afirmação de que lhe teria sido suprimido o exercício do direito de recorrer durante a condução do certame.

Todavia, tal alegação revela-se frontalmente incompatível com os fatos objetivamente demonstrados nos autos e, sobretudo, com a própria conduta processual adotada pelo recorrente.

A documentação constante do procedimento administrativo comprova, de forma inequívoca, que todas as garantias inerentes ao contraditório, à ampla defesa e ao direito de recorrer foram integralmente observadas pelo Pregoeiro durante a sessão pública.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 011/25

Conforme expressamente consignado na ata, após a conclusão dos atos decisórios foi regularmente aberta a fase recursal, oportunidade em que o Pregoeiro procedeu, inclusive, à leitura do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, esclarecendo aos participantes os pressupostos legais para a interposição de recursos administrativos, bem como o procedimento a ser observado.

Na sequência, foi franqueada a palavra a todos os licitantes para que manifestassem, de forma imediata e motivada, eventual intenção de recorrer, exatamente como determina a legislação.

O própria recorrente, exercendo livremente o direito que ora afirma lhe ter sido negado, registrou sua intenção recursal durante a sessão pública.

Posteriormente, apresentou tempestivamente recurso administrativo, expondo de maneira ampla e detalhada todas as razões de seu inconformismo, as quais foram regularmente recebidas, processadas, e encontra-se na fase de contrarrazões recursal.

Com efeito, em **20/07/2026,** protocolizou recurso administrativo perante a Administração Municipal, autuado sob o **Protocolo nº 003881/2026**, no qual expôs, de maneira ampla e detalhada, todas as razões de seu inconformismo em relação aos atos praticados no certame, conforme se comprova pelos documentos ora anexados.

Conforme comprovante de protocolo abaixo, verifica-se que a recorrente apresentou regularmente seu recurso administrativo, autuado sob o Protocolo nº 003881/2026, em 20 de julho de 2026:

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Carmo

PROTOCOLO Nº: 003881/2026
DATA: 20 / 07 /2026
RESPONSÁVEL: LUCAS
REQUERENTE: MEDITA FARMA LTDA
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO

Email: _____ **Tel:** _____
PAGO EM: ___/___/___
VALOR: _____
BANCO: _____
RESPONSÁVEL: _____
DEFERIDO EM: ___/___/___
INDEFERIDO EM: ___/___/___
OBSERVAÇÕES: _____

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Medita Farma

À PREFEITURA MUNICIPAL DO CARMO / RJ

A COMISSÃO DE CONTRATATAÇÃO DO MUNICÍPIO

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref. Ao Pregão Presencial nº 005/2026
Processo nº 7176/2025
Edital: 031/2026
Recorrente: MEDITA FARMA LTDA

MEDITA FARMA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ: 58.093.631/0001-82, com sede em Rua Major Abreu, 215 Centro - Aperibe-RJ, neste ato representada por seu(sua) representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e nas disposições legais aplicáveis, apresentar o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face das irregularidades na condução do certame que inabilitou de forma irregular a empresa MEDITA FARMA LTDA, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Esses fatos, por si sós, são suficientes para afastar completamente a alegação deduzida.

Com efeito, a efetiva interposição do recurso administrativo constitui a mais contundente demonstração de que o direito recursal foi plenamente assegurado.

Não há como sustentar, simultaneamente, que houve supressão do direito de recorrer e, ao mesmo tempo, reconhecer que o recurso foi efetivamente interposto, conhecido e apreciado pela Administração.

Trata-se de evidente contradição lógica e jurídica.

Quem efetivamente exerce o direito de recorrer não pode afirmar, validamente, que esse mesmo direito lhe foi negado.

A alegação do recorrente acaba sendo desmentida pelos próprios atos por ela praticados ao longo do procedimento administrativo.

Além disso, a disciplina estabelecida pelo artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 tem por finalidade assegurar aos licitantes o direito ao contraditório administrativo mediante a manifestação tempestiva da intenção de recorrer, seguida da apresentação das razões recursais e das contrarrazões pelos demais interessados.

Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município

Foi exatamente esse procedimento que se verificou no presente certame.

1) ***Em nenhum momento houve restrição à manifestação do recorrente.***

2) ***Não houve interrupção de sua fala.***

3) ***Não houve impedimento para registrar intenção recursal.***

4) ***Não houve limitação ao conteúdo do recurso.***

5) ***Não houve recusa de recebimento das razões apresentadas.***

6) ***Não houve qualquer obstáculo ao exercício das garantias processuais asseguradas pela legislação.***

Ao contrário, todas as etapas legalmente previstas foram rigorosamente observadas pela Administração.

Importa destacar que os princípios do contraditório, da ampla defesa, da publicidade, da transparência, da segurança jurídica e do devido processo administrativo, previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021 e diretamente decorrentes do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República, não exigem apenas a previsão formal do direito de recorrer, mas sobretudo a efetiva possibilidade de seu exercício.

No caso concreto, essa possibilidade foi não apenas assegurada, como efetivamente utilizada pela próprio recorrente.

Desse modo, não há qualquer lesão às garantias processuais que possa justificar a invalidação do procedimento licitatório.

Cumpre observar, ainda, que o recorrente não identifica qualquer argumento que tenha sido impedida de apresentar, qualquer documento cujo protocolo tenha sido recusado ou qualquer manifestação que tenha deixado de ser apreciada pela Administração.

Limita-se a formular alegação genérica de suposta restrição ao direito recursal, desacompanhada de qualquer elemento concreto capaz de demonstrar efetivo prejuízo.

Essa ausência de demonstração revela-se especialmente relevante diante da consolidada orientação jurisprudencial segundo a qual não há nulidade processual sem comprovação de prejuízo.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2026

No presente caso, além de inexistir qualquer irregularidade, verifica-se justamente o oposto: o recorrente exerceu integralmente todas as prerrogativas processuais que a legislação lhe assegurava, senão vejamos:

1- Manifestou sua intenção recursal.

2- Apresentou suas razões.

3- Teve seu recurso regularmente recebido.

4- Recurso ainda aguarda eventual apresentação de contrarrazões e após, obterá decisão administrativa fundamentada, seguindo o rito processual.

Submeteu todas as matérias que entendeu pertinentes ao exame da Administração.

Não se identifica, portanto, qualquer ato que tenha limitado ou restringido o exercício do contraditório e da ampla defesa.

O direito recursal assegura ao administrado a possibilidade de impugnar a decisão administrativa; não lhe confere, evidentemente, direito à procedência de suas razões.

Assim, demonstrado que a fase recursal foi regularmente instaurada, que o procedimento previsto no artigo 165 da Lei nº 14.133/2021 foi integralmente observado, que o recorrente exerceu plenamente seu direito de recorrer e que inexiste qualquer demonstração de prejuízo concreto ao contraditório ou à ampla defesa, resta evidenciada a absoluta improcedência da quarta alegação, impondo-se sua integral rejeição pelo Tribunal de Contas.

III – DA LEGITIMIDADE DA INABILITAÇÃO DO RECORRENTE

O recorrente busca atribuir à sua inabilitação caráter arbitrário ou discricionário, procurando transferir à Administração a responsabilidade pelo descumprimento de requisito expressamente previsto no instrumento convocatório.

Todavia, tal alegação não encontra qualquer respaldo fático ou jurídico.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2026

A inabilitação do recorrente decorreu exclusivamente do não atendimento de exigência objetiva prevista no edital, circunstância expressamente constatada pelo Pregoeiro durante a análise da documentação de habilitação.

A) Não houve interpretação subjetiva da norma editalícia.

B) Não houve flexibilização de critérios.

C) Não houve inovação procedimental.

D) Não houve criação de exigências supervenientes.

E) Muito menos houve tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

A decisão administrativa limitou-se a aplicar, de forma estritamente vinculada, as regras previamente estabelecidas no instrumento convocatório, observando rigorosamente os princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da segurança jurídica e do julgamento objetivo.

O edital, por sua vez, constitui a "lei interna da licitação", vinculando simultaneamente a Administração e todos os licitantes.

Sua observância decorre não apenas do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas também da necessidade de preservação da confiança legítima dos participantes, da previsibilidade do procedimento e da igualdade de condições entre todos os concorrentes.

Por essa razão, uma vez estabelecidos os requisitos de habilitação e aceitos por todos os interessados mediante a apresentação de propostas, não é juridicamente possível à Administração dispensar ou flexibilizar exigências editalícias exclusivamente em favor de determinado licitante.

Agir de modo diverso significaria substituir a aplicação objetiva da norma pela vontade subjetiva do administrador, comprometendo a imparcialidade do certame e violando frontalmente os princípios da isonomia e do julgamento objetivo.

A Administração Pública não dispõe de liberdade para escolher quais cláusulas do edital serão exigidas de cada participante.

Sua atuação é inteiramente vinculada às regras previamente estabelecidas.

A propósito, o artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 determina que o procedimento licitatório deve assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e selecionar a proposta mais vantajosa mediante critérios objetivos, previamente definidos e igualmente aplicáveis a todos os participantes.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Foi exatamente o que ocorreu no presente caso.

O recorrente deixou de cumprir requisito objetivo de habilitação previsto no edital e, por essa razão, foi regularmente inabilitada.

A decisão administrativa não decorreu de avaliação discricionária, mas da mera constatação de fato objetivo incompatível com as exigências editalícias.

Cumpre destacar que eventual acolhimento da pretensão do recorrente produziria consequência extremamente grave para a regularidade do certame.

Significaria admitir que a Administração pudesse dispensar exigências previstas no edital apenas porque determinado licitante deixou de atendê-las.

Não se pode olvidar que os demais licitantes organizaram sua documentação e participaram da licitação confiando que todas as exigências editalícias seriam aplicadas de maneira uniforme.

Flexibilizar requisitos exclusivamente em favor do recorrente equivaleria a conferir-lhe vantagem competitiva indevida, em manifesta violação ao tratamento isonômico assegurado pela Constituição Federal e pela Lei nº 14.133/2021.

Também não há qualquer demonstração de que a exigência editalícia fosse ilegal, desproporcional ou restritiva da competitividade.

Ao contrário, trata-se de requisito regularmente previsto no instrumento convocatório, não impugnado oportunamente pelo recorrente e plenamente aceito por todos os participantes ao aderirem às regras da licitação.

Incide, nesse contexto, o princípio da preclusão administrativa.

A empresa participou do certame sem questionar previamente as condições estabelecidas no edital e somente após ser inabilitada passou a insurgir-se contra a aplicação da regra que anteriormente aceitara.

A jurisprudência é pacífica no sentido de que não se admite comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*), tampouco a utilização do recurso administrativo como mecanismo para afastar exigências editalícias regularmente estabelecidas e não impugnadas no momento oportuno.

No caso concreto, entretanto, a **inabilitação decorreu do efetivo descumprimento de requisito objetivo previsto no edital**, circunstância que impunha sua exclusão do certame em respeito aos princípios da legalidade e da igualdade entre os participantes.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2026

Assim, restando comprovado que a inabilitação do recorrente decorreu exclusivamente da aplicação objetiva das regras editalícias, em estrita observância aos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da segurança jurídica e do julgamento objetivo, revela-se plenamente legítimo o ato administrativo impugnado, impondo-se a rejeição integral da presente alegação.

IV – DA CONSULTA ÀS BASES PÚBLICAS OFICIAIS DA ANVISA

Também não merece prosperar a alegação de que teria havido irregularidade na consulta realizada pelo Pregoeiro às bases públicas oficiais da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A insurgência do recorrente parte de premissa manifestamente equivocada ao tratar como inovação procedimental aquilo que, em verdade, constitui simples **diligência administrativa destinada à confirmação de informação disponível em base de dados oficial do próprio Poder Público**.

A atuação da Administração limitou-se à consulta de banco de dados público, eletrônico, oficial e de livre acesso, mantido pela ANVISA, órgão federal competente para o controle sanitário e o registro de medicamentos e produtos sujeitos à vigilância sanitária.

Não houve produção de prova nova.

Não houve complementação indevida da documentação apresentada pela licitante.

Não houve substituição de documento cuja apresentação incumbia ao particular.

Não houve flexibilização das exigências editalícias.

Não houve obtenção de informação sigilosa ou privilegiada.

Não houve qualquer tratamento diferenciado entre os participantes do certame.

A consulta consistiu unicamente na **confirmação objetiva de informações constantes de cadastro público oficial**, procedimento absolutamente compatível com os deveres de diligência e de busca da verdade material que orientam a atuação administrativa.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

A Lei nº 14.133/2021 não apenas autoriza como prestigia esse comportamento.

O **artigo 64** da Nova Lei de Licitações permite expressamente a realização de **diligências** destinadas ao esclarecimento ou à complementação de informações necessárias ao julgamento da habilitação ou das propostas, desde que tais providências não importem na apresentação de documento novo destinado a suprir requisito que deveria ter sido comprovado anteriormente.

A finalidade da diligência prevista na legislação é justamente permitir que a Administração forme seu convencimento com base em informações fidedignas, evitando decisões fundadas em dúvidas meramente formais ou em interpretações dissociadas da realidade.

No presente caso, a consulta realizada pelo Pregoeiro sequer alcança o grau de diligência previsto no artigo 64.

Tratou-se, simplesmente, da **verificação de informação pública disponível em sistema oficial da Administração Pública Federal**, cujo acesso é franqueado indistintamente a qualquer cidadão.

Não houve solicitação de documentos complementares.

Não houve oportunidade para alteração da documentação originalmente apresentada.

Não houve saneamento de irregularidades.

Não houve modificação das condições de habilitação.

A Administração apenas **certificou, mediante fonte oficial, a autenticidade e a atualidade de informações cuja confirmação era indispensável** para a correta apreciação do objeto licitado.

Essa atuação encontra fundamento, igualmente, nos princípios previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relativos à eficiência, à segurança jurídica, à legalidade, à razoabilidade, à economicidade, à motivação e ao interesse público.

Seria incompatível com tais princípios exigir que a Administração ignorasse informações públicas disponíveis em bases oficiais e proferisse decisão potencialmente equivocada apenas em nome de um formalismo incompatível com o modelo instituído pela Lei nº 14.133/2021.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Mat. 0071/2026

Ao contrário, o dever de boa administração impõe ao Agente de Contratação a utilização dos instrumentos oficiais disponíveis para conferir maior segurança às decisões administrativas, especialmente quando envolvem aquisição de medicamentos destinados ao atendimento da coletividade.

Não se pode perder de vista que, em **licitações cujo objeto envolve produtos sujeitos ao controle sanitário, a consulta aos cadastros oficiais da ANVISA representa providência compatível com o dever de proteção do interesse público, contribuindo para assegurar que os produtos ofertados atendam às exigências regulatórias aplicáveis**.

A consulta a banco de dados oficial constitui manifestação desse dever de controle e fiscalização, permitindo que a decisão administrativa seja tomada com base em informações seguras, atualizadas e provenientes da autoridade reguladora competente.

Importa registrar, ainda, que o recorrente não demonstra qualquer prejuízo concreto decorrente da consulta realizada.

Não indica qual informação seria incorreta.

Não aponta qualquer dado extraído de fonte não oficial.

Não comprova que tenha havido favorecimento a determinado licitante.

Não evidencia qualquer alteração do equilíbrio competitivo.

Não demonstra violação à isonomia.

Não identifica qualquer influência sobre o resultado do certame.

Sua insurgência restringe-se à mera discordância quanto à utilização de ferramenta oficial de consulta pela Administração, sem indicar qualquer consequência jurídica concreta capaz de comprometer a validade do procedimento.

Todavia, como reiteradamente afirmado pela jurisprudência pátria não há nulidade sem demonstração de efetivo prejuízo.

No caso concreto, a consulta às bases oficiais da ANVISA apenas reforçou a segurança, a confiabilidade e a legalidade da decisão administrativa, não implicando inovação procedimental, complementação indevida da documentação, quebra da isonomia ou afronta a qualquer dispositivo da Lei nº 14.133/2021.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

V – DA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO CONCRETO E DA IMPOSSIBILIDAE DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE

Ainda que se admitisse, apenas para fins de argumentação, a existência de alguma impropriedade formal na condução da sessão pública — hipótese expressamente rechaçada pelo Município, a presente representação permaneceria integralmente improcedente.

Isso porque o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no âmbito do Direito Administrativo Sancionador e do controle da atividade administrativa, repele a decretação de nulidades fundadas em meras irregularidades formais desacompanhadas de demonstração concreta de prejuízo.

Não basta apontar eventual desconformidade procedimental em tese.

É indispensável comprovar que o ato impugnado efetivamente comprometeu a legalidade do certame, violou a isonomia entre os licitantes, restringiu a competitividade ou influenciou o resultado da licitação.

Essa exigência decorre diretamente dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da segurança jurídica, da eficiência, da instrumentalidade das formas e do formalismo moderado, todos expressamente consagrados no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

A própria finalidade da licitação, definida no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, consiste em assegurar a seleção da proposta mais vantajosa mediante procedimento que preserve a igualdade entre os licitantes, a competitividade e o interesse público.

Assim, eventual vício formal somente possui relevância jurídica quando demonstradamente capaz de comprometer esses valores fundamentais.

No presente caso, entretanto, o recorrente não logra demonstrar qualquer consequência prática decorrente das alegações formuladas.

1) ***Não comprova que algum licitante tenha sido impedido de participar da disputa.***

2) ***Não demonstra que tenha havido direcionamento do certame.***

3) ***Não evidencia favorecimento a qualquer concorrente.***

4) ***Não aponta quebra da isonomia.***

5) ***Não identifica restrição à competitividade.***

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2026

6) Não demonstra violação ao sigilo das propostas ou da documentação.

7) Não comprova alteração da ordem de classificação.

8) Não demonstra modificação do resultado final da licitação.

9) Não evidencia qualquer lesão ao erário.

10) Não identifica prejuízo à obtenção da proposta mais vantajosa.

Em síntese, inexiste qualquer elemento objetivo que permita concluir pela ocorrência de dano efetivo ao interesse público ou aos direitos dos participantes.

Toda a argumentação desenvolvida pela recorrente limita-se à manifestação de inconformismo com a metodologia adotada pelo Pregoeiro na condução da sessão pública.

Todavia, **discordância interpretativa não se confunde com ilegalidade administrativa**.

Nem toda interpretação diversa da adotada pela Administração caracteriza violação à legalidade.

Muito menos autoriza a invalidação de procedimento licitatório regularmente conduzido.

Nesse contexto, assume especial relevância o princípio da **instrumentalidade das formas**, segundo o qual os atos administrativos devem ser apreciados à luz da finalidade pública que se destinam a realizar, não sendo admissível sua invalidação quando alcançado o resultado legalmente pretendido e inexistente qualquer prejuízo aos administrados ou ao interesse público.

No caso concreto, todos os objetivos previstos no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 foram plenamente alcançados.

A competição ocorreu de forma ampla; todos os interessados participaram em igualdade de condições; os critérios de julgamento foram previamente definidos e observados; a publicidade dos atos foi assegurada; o contraditório e a ampla defesa foram integralmente garantidos; a proposta vencedora foi selecionada mediante critérios objetivos; não houve qualquer comprometimento da economicidade, da eficiência ou da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Port. 017/2025

Importa registrar que a invalidação de um procedimento licitatório constitui medida de caráter excepcional, somente admissível quando demonstrada violação relevante capaz de comprometer a finalidade do certame.

Anular uma licitação regularmente conduzida apenas em razão de divergências interpretativas acerca da forma de condução da sessão pública representaria solução incompatível com os princípios da segurança jurídica, da confiança legítima, da eficiência administrativa e da preservação dos atos administrativos válidos.

Além disso, eventual anulação acarretaria graves prejuízos ao interesse público, especialmente porque o objeto licitado consiste na aquisição de medicamentos destinados ao abastecimento da rede pública de saúde, cuja interrupção comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais e o atendimento da população.

Nessa perspectiva, impõe-se prestigiar os princípios da conservação dos atos administrativos e da primazia do interesse público, evitando a adoção de medida extrema fundada exclusivamente em alegações formais desacompanhadas de qualquer demonstração de lesividade concreta.

Dessa forma, verifica-se que a presente representação **não evidencia qualquer vício capaz de comprometer a validade do procedimento licitatório**, limitando-se a suscitar divergências interpretativas quanto à condução da sessão pública, sem demonstrar favorecimento, direcionamento, restrição à competitividade, violação à isonomia, alteração do resultado da licitação ou qualquer outro prejuízo efetivo.

Ausente o indispensável requisito da demonstração concreta de lesão ao interesse público, à competitividade ou aos direitos dos licitantes, impõe-se a rejeição integral da presente representação, preservando-se a higidez do procedimento licitatório e a validade de todos os atos administrativos regularmente praticados, em observância aos arts. 5º, 11, 17 e 64 da Lei nº 14.133/2021, aos princípios da instrumentalidade das formas, do formalismo moderado, da segurança jurídica e da eficiência administrativa.

VI – DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Geral do Município opina:

I – pelo conhecimento do Recurso Administrativo, por preencher os requisitos previstos no artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

MUNICÍPIO DO CARMO
Daniel de Castro Soares
Procurador Geral do Município
Fls. 017/2026

II – no mérito, pelo seu TOTAL IMPROVIMENTO, mantendo-se integralmente os atos praticados pelo Agente de Contratação durante a condução do Pregão Presencial nº 0005/2026;

III – pela manutenção da decisão que declarou a recorrente MEDITA FARMA LTDA. inabilitada, diante do descumprimento de requisito objetivo previsto no instrumento convocatório;

IV – pelo reconhecimento de que inexiste qualquer nulidade procedimental, permanecendo íntegros todos os atos praticados no âmbito do Processo Licitatório nº 007176/2025, em estrita observância aos arts. 5º, 11, 17, 64 e 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

V – pelo reconhecimento de que as alegações constantes do presente recurso administrativo são substancialmente idênticas àquelas deduzidas pela recorrente na Representação autuada perante o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Processo TCE-RJ nº 231.986-5/2026, relativamente à qual o Município de Carmo e a Secretaria Municipal de Saúde já apresentaram tempestivamente suas manifestações e documentos, encontrando-se o feito pendente de apreciação, inclusive quanto ao pedido de tutela provisória formulado pela representante;

VI – por consignar que, até o presente momento, inexiste qualquer decisão do Tribunal de Contas suspendendo o procedimento licitatório ou determinando a paralisação do certame, razão pela qual não há óbice jurídico ao regular julgamento do presente recurso administrativo, sem prejuízo do integral cumprimento de eventual deliberação futura daquela Corte de Contas.

É o parecer.

Carmo/RJ, 28 de Julho de 2026.

DANIEL DE CASTRO SOARES
Procurador Geral do Município
Portaria nº 017/2025
OAB/RJ nº 148972